

OS IMPRESSOS INSTITUCIONAIS COMO FONTE DE ESTUDO DO PENTECOSTALISMO: uma análise a partir do livro *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil* *

André Dionei Fonseca
Mestrando em História - UFGD

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir a importância dos impressos institucionais publicados pelas igrejas pentecostais – livros de história escritos por memorialistas, manuais de doutrinas, diários de líderes, biografias, entre outros – para as pesquisas em História. Busca-se, desse modo, apresentar as contribuições desse tipo de impresso para os pesquisadores interessados em historiar o movimento pentecostal no Brasil, bem como quais são os principais cuidados ao se trabalhar com este tipo de fonte. Para tanto, tomamos como exemplo o livro *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil* publicado em 2004 pela editora Casa Publicadora das Assembléias de Deus (CPAD), a fim de apresentar alguns exemplos dos limites e das possibilidades de análises, partindo do exemplo das resoluções convencionais sobre os usos e costumes da Igreja Assembléia de Deus.

PALAVRAS-CHAVE: fontes históricas, história do pentecostalismo, impressos institucionais.

ABSTRACT: This article has the objective to discuss the importance of the institutional prints published by the Pentecostals Churches – books of history written by memorialists, manuals of doctrines, diaries of leaders, and others – for the researches in History. We search, in this way, to present the contributions of this type of prints for the investigators interested in recounting the movement pentecostal in Brazil, as well as what are the principal cares to work with this type of fountain. For so much, we take as an example the book “*História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*” published in 2004 by the publisher

* Versões preliminares desse estudo foram apresentadas na V Semana de História – *História e Diversidade* (2007) – da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Amambai e na VI Semana de História – *História, Memória e Produção Intelectual* (2007) – da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Agradeço desse modo, aos estudantes e professores que contribuíram com sugestões que dentro do possível foram acrescentadas neste trabalho. Contato: andredionei@yahoo.com.br.

Casa Publicadora das Assembléias de Deus (CPAD), in order to present some examples of the limits and of the means of analyses, leaving from the example of the conventional resolutions on the uses and customs of the Church Assembly of God.

KEY-WORDS: historical fountain, history of pentecostalism, institutional prints.

1 - O Pentecostalismo e a História

Não é uma novidade o crescimento dos evangélicos¹ no Brasil, o que geralmente não é ressaltado, principalmente pela mídia, e que essa ascensão se deve ao crescimento daquele que hoje representa o segundo maior grupo religioso do país: os pentecostais². Entende-se essa influência quando se observa a representatividade dos pentecostais no grupo dos evangélicos. Em 1980, estes representavam 49% dos evangélicos coligidos, deixando para trás os chamados protestantes históricos nas duas décadas seguintes, com sua taxa subindo para 67% em 1991 e 68% em 2000. Se os evangélicos, como um todo, cresceram, deve-se a curva ascensional dos pentecostais, resultado direto da propagação e da diversificação do pentecostalismo (MACHADO, 2005).

Mas essa não é uma ascensão apenas de caráter religioso e demográfico, é um crescimento que se propaga na ocupação dos meios de comunicação, da vida político-partidária, assistencial, editorial e econômica (no caso dos produtos religiosos). Os fiéis não mais pertencem somente às camadas populares (iletradas) da população, a classe média, inclusive empresários, profissionais liberais, atletas e artistas, têm aderido ao pentecostalismo (FREESTON, 1994).

Ingrid Sarti e Rogério Valle (1994), em publicação da década de noventa, pontuaram a rápida expansão do pentecostalismo como o “*fenômeno mais importante do cenário religioso do Brasil e talvez de toda a América Latina*” (SARTI & VALLE, 1994: 07). Para Wilson Gomes esse era “*o mais interessante fenômeno social urbano brasileiro dos anos 80*

¹ É importante destacar que o termo evangélico diz respeito ao campo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas e descendentes da Reforma Protestante. Há, no entanto, uma subdivisão entre essas instituições: de um lado as igrejas chamadas de “protestantes históricas” (Luterana, Metodista, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana e Batista), de outro as “pentecostais” (Cristã no Brasil, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é amor, Universal do Reino de Deus etc.). Estas se diferenciam daquelas por pregarem baseadas em *Joel 2:38* e *Atos 2* encetando os dons de língua (glossolalia) cura, discernimentos de espírito e profecias. Ver: (CAMPOS. J.R., 1995: 21).

² Estudos pioneiros da década de 1960 e 1970 já apontavam o grande crescimento dos pentecostais no Brasil. Cf.: (CAMARGO, 1973; SOUZA, 1969).

e, certamente o mais curioso dos anos 90” (GOMES, 1994: 226). Sensíveis a esta movimentação no campo religioso brasileiro, vários estudiosos das mais diversas áreas como a Sociologia, Antropologia, Ciências Sociais, História e até mesmo Educação, Lingüística, Geografia, Psicologia, Administração, Comunicação, entre outras, principalmente a partir da década de 1990, passaram a se ocupar com o estudo desse fenômeno no Brasil.³

Entretanto, mesmo que vários estudos tenham avançado, ainda são muitos os meandros não visitados, muitas indagações que ainda repousam no mero plano da especulação, aguardando respostas mais pontuais por parte dos pesquisadores das muitas áreas do saber interessadas na compreensão do fenômeno pentecostal no Brasil. Exemplo disso é a discussão que se levanta em torno dos possíveis motivos que levaram ao grande crescimento dos pentecostais nas três primeiras décadas do século XX. Para muitos estudiosos, o crescimento dos pentecostais está ligado ao êxodo rural no Brasil, a partir de década de 1920, e a conseqüente explosão demográfica nas cidades. Destacam-se, entre os autores que compartilham esse ponto de vista, Francisco Cartaxo Rolim (1985, 1987, 1995) e João Décio Passos (2000, 2001).

Rolim chama esse processo de “ambientação social do pentecostalismo”. Em outras palavras, o movimento pentecostal do início do século fez com que a população pobre que migrava do campo para as cidades, encontrasse uma forma diferenciada de culto, com maior participação, maiores manifestações de milagres (antes só encontrada nos curandeiros e de maneira clandestina, aos olhos da Igreja Católica). Na cidade o controle social perdia parte de sua força, e, não havendo uma perseguição e um controle tão acirrado como acontecia no campo (onde todos se conheciam e, por isso, eram cobrados quando se desviavam da conduta católica reinante), abria-se espaço para os recém-chegados pentecostais (ROLIM, 1994: 23-26).

Denominando de “teogonias urbanas” a influência do processo de passagem das grandes massas (do rural ao urbano) no crescimento dos pentecostais nas primeiras décadas do século passado, Décio Passos se aproxima da teoria de Cartaxo Rolim. Assim, para Passos os grupos pentecostais que nasceram e cresceram nas cidades se estruturaram num conjunto de representações e práticas religiosas ‘dialeticamente’ vinculadas à passagem do rural ao urbano e eram herdeiros diretos de uma história religiosa ‘lentamente consolidada’ (que configurou o catolicismo popular). Conforme Passos, foi nesta

³ O portal da Capes (*Banco de Teses e Dissertações*), demonstra o aumento de pesquisas sobre os pentecostais no Brasil por variadas áreas do saber. <http://servicos.capes.gov.br/capesdw>. Acesso: 22/10/2008.

dialética entre passado (rural) e presente (urbano) que o pentecostalismo se constituiu como religião popular da metrópole (PASSOS, 2000: 120-128).

Esse posicionamento de Passos e Rolim vem sendo repensado por estudiosos que se ocupam do fenômeno pentecostal no Brasil. É o caso de Ricardo Mariano que em sua tese de doutoramento, buscou fazer uma análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil.

Para Mariano, os estudos acadêmicos sobre o crescimento dos pentecostais se focam num posicionamento ‘funcionalista’, tomando esse crescimento como resultado da migração rural das camadas mais pobres que com sua:

inadequação cultural diante dos desafios da vida moderna na sociedade urbana e sua necessidade de reconstruir um sistema significativo de relações primárias em uma sociedade atomizada, estariam ainda mais sujeitos aos problemas sociais resultantes da mudança sociocultural, como a anomia, e, por conseguinte, mais vulneráveis à prédica pentecostal (MARIANO, 2001: 48).

Ricardo Mariano não desconsidera os ‘fatores externos’ que podem levar a um aumento da demanda de pessoas em busca de ‘compensadores específicos’ (magia), mas alerta para importância de se considerar os ‘aspectos internos’, sobretudo o trabalho e a performance dos “agentes religiosos” (MARIANO, 2001: 10). Mariano ressalta ainda que, não apenas a ‘pobreza objetiva’ pode levar o indivíduo a busca de variados grupos religiosos, mas também uma sociedade consumista, haja vista que a sociedade de consumo aumenta as aspirações das pessoas, que não se contentando com o que já tem, vivem a vislumbrar o que podem ter. As ‘análises funcionalistas’, focalizadas nos ‘aspectos externos’, deixam lacunas também por tratarem de forma generalizada o crescimento pentecostal, já que os dados demonstram um crescimento desigual por parte dessas instituições (como é o caso, por exemplo, da Assembléia de Deus e da Congregação Cristã do Brasil). Por isso, afirma Mariano:

Num contexto político de plena liberdade, o meio mais profícuo para se explicar o crescimento ou decréscimo de qualquer grupo religioso consiste na análise e investigação de suas ações, de sua mensagem, de sua organização institucional, do desempenho de seus agentes religiosos e de suas técnicas e estratégias de evangelismo (MARIANO, 2001: 85).

As considerações desse autor demonstram a importância de estudos que busquem entender a organização interna dos grupos pentecostais para a compreensão dos motivos que levaram ao crescimento vultoso de algumas dessas instituições no século XX; e nesse

empreendimento a História desenvolve um importante papel, já que ao longo do século passado esta disciplina sofreu inúmeras renovações teóricas e metodológicas, principalmente por influência dos historiadores congregados em torno da revista *Annales*, que permitiram o afastamento do modelo tradicional de história das religiões que ora buscava a “*confirmação de crenças que os dados históricos pudessem trazer para o cristianismo*” ora prognosticava que o desaparecimento da religião “*ocorreria fatalmente com a expansão do progresso da ciência e da indústria*” (ALBUQUERQUE, 2007: 04).⁴

Contudo, mesmo com o *boom* das pesquisas em níveis de mestrado e doutorado, fruto do desenvolvimento de programas de pós-graduação em História, principalmente na década de 1990 (FICO & POLITO, 1996) foram relativamente poucos os trabalhos que analisaram o pentecostalismo, conforme advertiu o sociólogo Paul Freston:

...o pentecostalismo brasileiro já tem 80 anos e talvez 13 milhões de adeptos, mais ainda não conta sequer com uma história acadêmica. Isso prejudica a sociologia do fenômeno, pois, como diz Joachim Wach, sem o trabalho do historiador o sociólogo fica desamparado (...) os bons estudos sincrônicos já produzidos não nos permite captar o movimento (FRESTON, 1994: 67).

Dentre os motivos que poderiam explicar o reduzido número de pesquisas sobre os pentecostais na área de História destaca-se a dificuldade de acesso às fontes. O pentecostalismo no Brasil tem cerca de cem anos, enquadrando-se, portanto no que se convencionou chamar de *História do tempo presente* (PORTO JR., 2007), que mesmo já tendo um amplo desenvolvimento nas pesquisas históricas, tem algumas especificidades frente aos estudos com maior recuo temporal (CHAUVEAU & TÉTART, 1999). Jacques Le Goff, tratando exclusivamente deste tema, sintetizou em uma única frase uma das principais dificuldades que cerca os historiadores do tempo presente e que bem se encaixa aos historiadores do pentecostalismo no Brasil: “*muitas fontes ficam inacessíveis muito tempo*” (LE GOFF, 1999: 99).

As palavras de Le Goff vêm ao encontro das considerações do sociólogo Paul Freston, que em publicação da década de 1990, apontou os vários fatores que dificultavam as pesquisas sobre o pentecostalismo, dentre eles destacou: a relativa escassez de fontes

⁴ Albuquerque identifica ainda duas formas tradicionais de história das religiões. O estudo da religião através da história dos países, onde ela é considerada como parte da história das instituições e das relações com os Estados e o estudo da religião a partir do gênero milenar – história da Igreja com destaque aos grandes personagens, dogmas, instituições, estruturas, hierarquia, santidade canonizada e teologias oficiais, além das relações da Igreja com os governos. Perdida nesses temas, a história das religiões deixava de lado movimentos de idéias, descrição de práticas e piedades populares, atividades missionárias etc. (ALBUQUERQUE, 2007: 04) Para maiores detalhes sobre as renovações teórico-metodológicas nos estudos das religiões pode-se consultar: (MANOEL, 2008; MANOEL & FREITAS, 2007; GUERRIERO, 2003; SIEPIERSKI & GIL, 2003; MARIN, 2005).

escritas; a relação entre o pentecostalismo e a História (os pentecostais tomam como origem a descida do Espírito Santo no dia de Pentecostes, não havendo idéia de desenvolvimento, pois tudo remonta a essa origem e a esse acontecimento original); os pentecostais rejeitam as interpretações das “ciências do homem” lançadas sobre suas instituições, dificultando o acesso a fontes e arquivos (FRESTON, 1994: 68-69).

Em outras palavras, o historiador do pentecostalismo no Brasil não deve esperar ter uma longa documentação em série à sua disposição, como atas de reuniões, materiais impressos, entre outros. No caso da documentação interna, geralmente estão centralizadas nas chamadas “igrejas-sede”, comumente sedes regionais, senão nacionais. Abre-se aí um duplo problema: escassez de fontes para estudos de instituições locais, e uma concentração de documentos em Igrejas-sede de difícil acessibilidade.

No caso dos periódicos, ainda que não sejam poucos os jornais e revistas produzidos pelas igrejas pentecostais, estas geralmente não costumam ter bibliotecas para o uso dos membros, não havendo preocupação com a organização das publicações de anos anteriores, sendo que o único local em que se podem encontrar séries completas destes impressos são nas editoras dessas denominações ou em arquivos particulares. Esbarra-se novamente no controle de acesso a estes materiais que, quando depositados em editoras, geralmente são acessíveis somente aos estudiosos da própria Igreja e, no caso de arquivos particulares são raríssimos pelo fato de a grande maioria dos membros terem o hábito de distribuir revistas, jornais etc. para fins de evangelização. Há também uma extrema escassez destes materiais nas hemerotecas e arquivos públicos, estes geralmente mais voltados às publicações não-religiosas ou até mesmo a periódicos de instituições mais “tradicionais” como os católicos e os chamados protestantes históricos.

Evidentemente, Freston (1994), se refere às fontes restringindo-se aos materiais impressos e documentos oficiais, desconsiderando, assim, avanços metodológicos da História que ampliaram a noção de fonte, principalmente com o desenvolvimento da História Oral (THOMPSON, 1991). Deste modo, as dificuldades que envolvem as pesquisas históricas sobre os grupos os pentecostais tem se refletido nos trabalhos acadêmicos que, ora se apoiam em números esparsos de periódicos e impressos institucionais⁵, ora privilegiarem abordagens locais e fontes orais – quando não o cruzamento de ambos.

⁵ Entendemos por “impressos institucionais” os mais variados livros publicados pelas editoras das instituições pentecostais e que se acham à disposição para aquisição, tais como: livros de história escritos por memorialistas, manuais de doutrinas, diários de líderes, biografias dos principais ministros, dicionários, etc.

É o caso dos notórios estudos de Fábio Perboni (1999), Wander de Lara Proença (2002), Cátia Santos, (1997), Andréia Mendes Souza Mina (2004), entre outros. Perboni em sua dissertação de mestrado *A água, o fogo e o sangue: a trindade da salvação. Igreja Assembléia de Deus em Ribeirão Preto*, partiu do estudo localizado da igreja Assembléia de Deus no município referido no título, entre os anos de 1937 a 1997, para analisar as origens e a estruturação desta igreja. Perboni, valeu-se, principalmente, de fontes orais além do subsídio de alguns livros de história da igreja publicados pela editora da igreja em estudo. Focado na história oral, também foi o estudo de Wander Proença na dissertação de mestrado *Magia, prosperidade e messianismo - Representações e leituras no Neopentecostalismo: casos de Londrina e Maringá (1975-1999)* que, conforme apontado no título, fecha-se nas cidades de Londrina e Maringá, no estado do Paraná, para analisar a ação das igrejas neopentecostais em suas ações litúrgicas e estratégias de cooptação de fiéis.

Utilizando-se uma série de impressos (jornais, revistas e principalmente livros institucionais) da igreja Assembléia de Deus e Universal do Reino de Deus, a pesquisadora Andréia Mendes de Souza Mina em sua dissertação *Nós e o mundo, a construção do outro: alteridade e pertencimento no material de divulgação brasileiro da Igreja Assembléia de Deus (AD) e Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) na década de 1990*, realizou uma análise dos discursos oficiais destas instituições sobre áreas da sociedade e cultura que estas instituições consideravam como diferentes (o outro), focando-se no conceito de alteridade. Por fim, destaca-se o trabalho de Cátia Santos, *Línguas de fogo: acomodação, rebelião e cidadania entre os pentecostais de São Paulo*, que analisa as relações sócio-religiosas presentes no surgimento e desenvolvimento histórico das primeiras instituições pentecostais no estado de São Paulo, com ênfase na igreja a Congregação Cristã do Brasil, a Assembléia de Deus e, principalmente a Igreja do Evangelho Quadrangular.

2 - Os impressos institucionais da Igreja Assembléia de Deus

A igreja evangélica Assembléia de Deus foi fundada no Brasil por dois missionários suecos (Daniel Högberg e Gunnar Adolf Vingren) que sendo expulsos da Igreja Batista de Belém do Pará no ano de 1910 por motivo de rixas doutrinárias fundaram a “Missão da Fé Apostólica” que viria a se chamar em 1914, de Igreja Evangélica Assembléia de Deus (OLIVEIRA, 1997). Depois de sua fundação a Assembléia de Deus teve um grande crescimento alcançando vários estados brasileiros (CONDE, 2005). Nas décadas seguintes

já figurava entre as maiores igrejas pentecostais do mundo e conforme o Censo de 2000, no início do século XXI alcançou 8.418.154 adeptos de um total de 17.975.249 de evangélicos pentecostais, ou seja, 48.8% dos pentecostais, segundo estes dados, eram assembleianos (MACHADO, 2006).

Dois fatores, ao que indicam várias pesquisas, influenciaram preponderantemente o crescimento desta igreja: a instalação de pequenas congregações que eram dirigidas por membros leigos até serem oficializadas por pastores assembleianos e a evangelização das pessoas mais pobres⁶. Entretanto, é importante salientar que o trabalho de evangelização sempre foi apoiado por materiais impressos diversos. Exemplo disso é o jornal *Boa Semente*, precursor do jornal *Mensageiro da Paz* que teve sua primeira edição em 1919 e também a criação da Casa Publicadora das Assembléias de Deus em 1937. A Assembléia de Deus sempre se preocupou com a imprensa que, por suas vantagens na propagação de mensagens, sempre foi muito valorizada. Conforme Joanyr Oliveira:

Desde os primórdios das Assembléias de Deus, sua liderança esteve consciente da importância da literatura como veículo doutrinário e evangelístico (...) os jornais a serviço da igreja (...) eram modestos graficamente, mas sempre tiveram presença marcante na consolidação da igreja (OLIVEIRA, 1997: 143).

Além disso, a grande variedade de materiais impressos tem imperativa importância também na manutenção identitária dessa instituição. Daí o porquê desta igreja se enquadrar no conceito de “religião instituída”. Como observa Antonio Mendonça “religião instituída” é aquela que atingiu o máximo em sua construção dogmática, considerando que esta religião formou poderosa elite intelectual capaz não somente de sustentar seus símbolos, mas também de oferecer alternativa quando esses símbolos são contestados (MENDONÇA, 2004: 41).

A Assembléia de Deus desenvolveu grande organização na sua construção dogmática, sustentado fortes marcos doutrinários e identitários, mantendo, até mesmo, uma editora própria para a confecção destes materiais, além de possuir uma plêiade de ministros

⁶ Segundo Fábio Perboni: “essa prática movediça desempenhou um papel central na expansão da AD [Assembléia de Deus] e vem sendo utilizada ainda hoje com sucesso, uma vez que as pessoas, geralmente recém convertidas, são incentivadas a falar das doutrinas da igreja para outros grupos e outros indivíduos (...) essa prática de se reunir na esfera privada domiciliar, convidando parentes e amigos para as orações, permitiu uma interlocução direta entre um membro e os virtuais adeptos, criando oportunidades para a inserção eclesial e a formação de núcleos baseados numa relação de igualdade entre os dirigentes do culto [que nem sempre era um pastor] e os fiéis” (PERBONI, 2000:165).

que busca criar “alternativas” frente aos desgastes sofridos pelos dogmas no tempo e pronta a discutir variados assuntos que permeiam a sociedade.

Se por um lado se destacam os impressos periódicos produzidos por esta igreja, tanto pela variedade, quanto pela longevidade (*Revistas Ensinador Cristão, Geração JC, Obreiro, Resposta Fiel, Revista Mulher, Seara, Família Cristã, Lições Bíblicas*, jornal *Mensageiro da Paz*), por outro, têm sido privilegiado pela liderança assembleiana a publicação de inúmeros títulos tratando dos mais diversos assuntos, aos quais nesse estudo denominamos de “impressos institucionais”. Tão grande é a variedade de livros que seria prolixa a tarefa de listá-los, entretanto cabe destacar alguns textos que tratam da história dessa igreja no Brasil que podem ser de grande valia aos interessados em pesquisar a igreja Assembléia de Deus.

Enviado por Deus (BERG, 1997); contém relatos do trabalho evangelístico de Daniel Berg, fundador da igreja Assembléia de Deus no Brasil. O livro que foi escrito pelo próprio Berg traz uma série de fatos que marcaram os primeiros trabalhos de evangelização no Brasil bem como detalhes de sua vida, desde a infância na Suécia, passando pelo seu contato com o pentecostalismo norte-americano, até a sua chegada ao Brasil. Já o livro *Diário do Pioneiro* (VINGREN, 2000), narra as experiências de Gunnar Vingren, companheiro de evangelização de Daniel Berg. No livro que foi escrito por Ivar Vingren, filho de Gunnar, a partir de originais deixados pelo missionário, podem ser encontrados detalhes sobre os primeiros trabalhos realizados em solo brasileiro e o desenvolvimento da igreja Assembléia de Deus nos primeiros anos de sua fundação.

As Assembléias de Deus no Brasil (OLIVEIRA, 1997), faz um resumo histórico desta igreja – personalidades, principais igrejas, organização ministerial, etc. – apoiado em um rico acervo de fotos. Na mesma linha *História das Assembléias de Deus no Brasil* (CONDE, 2005), traça um histórico dessa instituição analisando como o desenvolvimento da igreja Assembléia de Deus aconteceu em cada região e estado do Brasil. Por fim, é importante citar o *Dicionário Movimento Pentecostal* (ARAÚJO, 2007), publicação que vem recebendo grande destaque por sua abrangência. Organizado pelo pastor Isael Araújo, o dicionário apresenta em mais de 1000 verbetes um panorama sobre líderes – missionários suecos, noruegueses, finlandeses, americanos e de outras nacionalidades que atuaram no Brasil – igrejas, instituições e temas do pentecostalismo brasileiro e mundial. O dicionário ainda conta com mais de 600 fotos e trata da história do pentecostalismo na Suécia, Noruega, Finlândia e Estados Unidos, países que mais influenciaram o pentecostalismo brasileiro. Traz ainda uma síntese histórica das principais denominações pentecostais no Brasil e no

mondo, com dezenas de remissões cruzadas que permitem o leitor conhecer as conexões entre pessoas, fatos, temas e grupos pentecostais.

3 - Os impressos institucionais nas pesquisas em História: o caso do livro *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*

Todavia, mesmo com toda a variedade de impressos produzidos pela igreja Assembléia de Deus, a publicação no ano de 2004 do livro *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil* (DANIEL, 2004) foi surpreendente, pois era a primeira vez que esta igreja tornava público uma série de documentos de grande valor histórico para a instituição. Com rigor documental e disposição a tratar de temas extremamente caros a esta instituição – como rixas entre líderes, autoritarismo, exageros doutrinários, e muitos outros casos – *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil* ocupou lugar de destaque na editora CPAD.

O livro, disponível para a compra no site da editora Casa Publicadora das Assembléias de Deus (CPAD)⁷, foi desenvolvido para a comemoração do Jubileu de Diamante da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil (CGDAB). A Convenção Geral das Assembléias de Deus é o órgão máximo desta instituição e tem por finalidade agregar e coordenar as igrejas Assembléia de Deus de todo o território brasileiro. Toda a trajetória da igreja Assembléia de Deus no Brasil está intimamente ligada a estas reuniões e as decisões delas emanadas. Os mais variados temas estiveram presentes nessas reuniões convencionais, desde questões doutrinárias e teológicas, aos mais diversos assuntos de caráter organizacional, tais como criação de fundos, organização de eventos, até mesmo a criação do hinário oficial da Igreja – chamado de Harpa Cristã – de uma editora própria, de institutos teológicos, etc. (FONSECA, 2008).

A primeira Convenção Geral foi realizada em 1930, por iniciativa dos obreiros nacionais do Norte e Nordeste. Até a década de 1930, a liderança da Assembléia de Deus estava a cargo dos missionários suecos, uma vez que, após a fundação desta igreja no Brasil em 1910, tanto os fundadores Daniel Berg e Gunnar Vingren, como outros missionários vindos da Suécia e dos EUA, mantinham as igrejas sem autonomia – ainda que grande maioria delas fossem dirigidas por obreiros brasileiros. Por motivo dessa “hegemonia missionária”, antes de 1930, somente os sacerdotes estrangeiros se reuniam para decidir os assuntos inerentes à Igreja e seu andamento (DANIEL, Et. al. 2004). Com a criação da

⁷ www.cpad.com.br.

convenção nascia um novo espaço de discussão onde missionários e pastores nacionais poderiam tratar de igual para igual os temas inerentes a organização da Assembléia de Deus no Brasil.

É da história dessas convenções que o livro discorre em suas 692 páginas, com ricas informações sobre as principais discussões entre os líderes assembleianos, com um grande número de documentação histórica que vão desde cópias de atas, inúmeros artigos integrais do jornal *Mensageiro da Paz*, inúmeras fotografias recuperadas, cópias de cartas trocadas entre os líderes; a depoimentos dos convencionais recolhidos por repórteres do jornal *Mensageiro da Paz*, artigos integrais de revistas internacionais que se reportavam a essas convenções. Além desses documentos, o livro permite o acesso a um importante conjunto de documentos das Convenções Gerais: as resoluções formuladas em cada encontro, em sua grande parte com transcrição integral.

O livro está dividido em seis partes que abarcam as reuniões convencionais entre 1930 e 2003, além dos anexos que listam todos os encontros realizados indicando local, data, líderes da convenção, mesas diretoras e juntas executivas. Tamanha é a riqueza de detalhes que, nas páginas de apresentação um dos organizadores alerta aos leitores:

... procuramos ser fiéis ao máximo possível à História (...) mesmo que o leitor não simpatize com algumas decisões que convenções gerais do passado tomaram, é preciso considerar o contexto histórico dessas resoluções (...) seus líderes na ânsia, de fazer a coisa correta, podem ter exagerado aqui ou ali, mas eram homens sinceros (DANIEL Et. al, 2004: 12-13).

Mesmo com todas as vantagens acima apresentadas o livro requer do pesquisador uma leitura cautelosa. Analisando especificamente as resoluções destinadas às normas de usos e costumes⁸ podemos exemplificar com maior clareza quais os principais cuidados que se deve ter ao tomar esse tipo de publicação como fonte de pesquisa histórica. Primeiramente é importante atentar para o fato de o livro ter sido produzido como forma de comemoração dos 75 anos da Convenção Geral, o que faz com que seus organizadores, mesmo trazendo à tona os acontecimentos mais inusitados das reuniões, se percam em vários momentos em longos trechos que buscam suavizar os episódios.

No tocante às resoluções tomaremos como exemplo o seguinte caso: *Resolução de Santo André* de 1975 e a *Resolução do Elad* de 1999. Dois documentos que tratam das normas de usos e costumes dos assembleianos e que muito têm a dizer sobre a trajetória

⁸ Por normas de “usos e costumes”, entenda-se: regras que versam sobre aspectos cotidianos dos fiéis, como: trajes, maquiagens, corte de cabelo, utilização de certas tecnologias, etc.

dessa igreja no Brasil.

No dia 22 de janeiro de 1975 o secretário Geziel Nunes Gomes leu, a pedido do pastor presidente da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, Túlio de Barros Almeida, uma resolução com propostas de normas de “usos e costumes” das Assembléias de Deus no Brasil. O palco desta resolução foi o encontro realizado na cidade de Santo André, entre os dias 20 e 24 de janeiro, daí o nome pelo qual ficou conhecido esse documento histórico para a igreja: *Resolução de Santo André*. Seu conteúdo reunia muito dos debates de 45 anos de encontros da liderança assembleiana e várias regras que já vinham sendo praticadas pelos membros desde os primórdios da Assembléia de Deus no Brasil. O conteúdo da Resolução reforçava o caráter conservador da igreja no tocante aos usos e costumes, conforme se pode conferir abaixo:

E ser-me-eis santos, porque eu, o Senhor, sou santo, e separai-vos dos povos, para serdes meus (Lv 20.26).

A Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, reunida na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, reafirma o seu ponto de vista no tocante aos sadios princípios estabelecidos como doutrinas na Palavra de Deus - a Bíblia Sagrada - e conservados como costumes desde o início desta obra no Brasil. Imbuída sempre dos mais altos propósitos, ela, a Convenção Geral, deliberou pela votação unânime dos delegados das igrejas da mesma fé e ordem em nosso país, que as mesmas igrejas se abstenham do seguinte:

1. Uso de cabelos crescidos, pelos membros do sexo masculino;
2. Uso de traje masculino, por parte dos membros ou congregados, do sexo feminino;
3. Uso de pinturas nos olhos, unhas e outros órgãos da face;
4. Corte de cabelos, por parte das irmãs (membros ou congregados);
5. Sobrancelhas alteradas;
6. Uso de mini-saias e outras roupas contrárias ao bom testemunho da vida cristã;
7. Uso de aparelho de televisão – convindo abster-se, tendo em vista a má qualidade da maioria dos seus programas; abstenção essa que se justifica, inclusive, por conduzir a eventuais problemas de saúde;
8. Uso de bebidas alcoólicas⁹.

Essa resolução teve validade por mais de 30 anos sendo que somente em 1999 no 5º Encontro dos Líderes das Assembléias de Deus (ELAD), realizado entre os dias 23 e 26 de agosto de 1999, foi apresentada uma reformulação da *Resolução de Santo André* que foi aprovada nos seguintes termos:

Convém, portanto, atualizar a redação da resolução de Santo André, omitindo a expressão ‘como doutrina’, ficando assim: ‘sadios princípios estabelecidos na Palavra de Deus – a Bíblia Sagrada – e conservados como costumes desde o

⁹ Resolução de Santo André. Transcrição integral In: DANIEL, Et al. 2004: 438.

início desta Obra no Brasil. Quanto aos 8 princípios da Resolução [de Santo André], uma maneira de colocar numa linguagem atualizada é:

1. Ter os homens cabelos crescidos, bem como fazer cortes extravagantes; 2. As mulheres usarem roupas que são peculiares aos homens e vestimentas indecentes e indecorosas, ou sem modéstias;
3. Uso exagerado de pintura e maquiagem - unhas, tatuagens e cabelos;
4. Uso de cabelos curtos em detrimento da recomendação bíblica;
5. Mau uso dos meios de comunicação: televisão, Internet, rádio, telefone;
6. Uso de bebidas alcoólicas e embriagantes ¹⁰.

Duas importantes resoluções transcritas integralmente, mas sem qualquer problematização por parte dos organizadores do livro. Ao seguir o texto apresentado pelos organizadores o leitor desatento tenderá acreditar que não houve mudança significativa de uma resolução para a outra, sendo somente uma “atualização” dos ditames de 1975.

Na realidade ao se confrontar criticamente ambos os documentos percebemos que as mudanças são evidentes: manteve-se a proibição do cabelo comprido para os homens, no item 1, com um adendo para os cortes ditos “extravagantes” mais presentes, principalmente, entre os jovens na década de 1990 (o “tom” da proibição ficou mais brando). Ficava ainda proibido o uso de calça para as mulheres, e de “vestimentas indecorosas” por parte destas. Todavia, a proibição do corte de cabelo desaparece, ficando subtendido que o corte, não sendo excessivo poderia ser feito. (Item 2 e5). O item 3 sofre abrupta mudança, não há mais a proibição peremptória do uso de maquiagens como na Resolução de 1975. A nova Resolução fala do uso não exagerado de pinturas no cabelo e nas unhas e não mais menciona os cuidados com as sobrancelhas (dando a entender que se não houvesse exagero, nada impediria que as mulheres se maquiassem). Já o item 5 (tão polêmico nas igreja Assembléia de Deus), aparece liberando o “bom uso” da televisão, da internet, e fala, até mesmo, do telefone. Os problemas de saúde oriundos do uso da televisão são esquecidos. Continua proibido o uso de bebidas alcoólicas (item 6) (FONSECA, 2008).

Estes dois documentos que aparecem no livro *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*, o primeiro como sendo o coroamento do consenso entre os líderes sobre as normas de usos e costumes, o segundo apenas como um mero indicativo de atualização, na verdade falam de momentos cruciais na história desta instituição no Brasil. Conforme Augustin Wernet: “o forte peso social das religiões transcende a dimensão puramente religiosa, mesmo quando uma igreja não mantém relações diretas com a sociedade que a cerca, refugiando-se na ‘pura interioridade’ declarando a religião um

¹⁰ Resolução do 5º ELAD, publicada na revista *Obreiro* N° 11 de junho de 2000. Transcrição integral In: DANIEL, Et al. 2004: 579.

assunto privado” (WERNET, 1987: 04). As considerações desse autor são válidas na apreciação de ambas as resoluções, que se relacionam tanto com a organização interna da igreja quanto com as transformações da sociedade no momento em que foram desenvolvidas.

Primeiramente é bastante interessante notar que mesmo sendo as normas de usos e costumes um aspecto distintivo da Assembléia de Deus esse foi um tema de difícil consenso nas reuniões convencionais, sendo que somente em 1975, quarenta e cinco anos após a realização da primeira Convenção Geral, foi possível implementar uma resolução normativa sobre o tema. Na década de 1970 a igreja Assembléia de Deus experimentava um crescimento extraordinário e já arrebanhava um número de membros significativo, portanto, um momento que reclamava maior controle doutrinário. Esta condição de perpetuação no quadro religioso brasileiro, aliada às reviravoltas culturais que marcaram os anos Setenta, compõem o contexto de formulação da *Resolução de Santo André*.

Quanto a *Resolução do Elad*, que implementa mudanças frente a *Resolução de Santo André*, este quadro é ainda mais complexo. Seu contexto é a década de 1990, década de intensa diversificação e trânsito religioso no Brasil (JACOB, 2004; SANCHIS, 2001; TEIXEIRA, 2005), momento que pôs em voga a expressão “mercado religioso” empregada por teóricos como Bourdieu (1992) e Berger (1985).

Inserida e em evidência no “campo religioso”, sofrendo as pressões advindas das convulsões deste “campo”, como por exemplo, o *Boom* dos neopentecostais (MARIANO, 2001), a perda de fiéis por parte da Igreja Católica (SANCHIS, 1994), o forte avanço da Renovação Carismática Católica (VALLE, 2004), os movimentos da chamada *Nova Era* (AMARAL, 2006), a desinstitucionalização religiosa (ESPINHEIRA, 1995; MAGNANI, 1999), a estagnação dos protestantes históricos (MENDONÇA, 2001) e também – segundo os dados censitários – das religiões afro-brasileiras (PIERUCCI, 2004), além do trânsito religioso de fiéis por variadas formas de cultos (ALMEIDA & MONTEIRO, 2001), a Assembléia de Deus tinha como principal meta o aumento de número de fiéis e a manutenção dos que permaneciam no rol de membros.

Todavia, se de um lado a Assembléia de Deus enfrentava a concorrência na oferta de bens simbólicos advindo de uma enorme variedade de formas de prática religiosa “desinstitucionalizadas”, de outro amargava desvantagem frente ao modelo doutrinário neopentecostal, com maior liberdade litúrgica (culto/shows), desprendimento peremptório dos tradicionais sistemas de usos e costumes pentecostais, como roupas, maquiagem e a

própria televisão.¹¹ Frente a todos estes desafios a igreja Assembléia de Deus do Brasil aceitou de bom grado os desafios propostos pela Assembléia de Deus dos EUA através de um programa de crescimento a ser desenvolvido na década de 1990, intitulado *Década da Colheita*. Como principais metas deste projeto destacavam-se:

- 1) Criar no Brasil uma Cadeia de Oração: três milhões de brasileiros orando pela Década da Colheita;
- 2) Iniciar o ano de 1990 com um grande trabalho de evangelização, utilizando-se de todos os meios: jornais, rádio, televisão, folhetos, praças, telefone, casa em casa, hospitais, etc. com o propósito de chegar ao ano 2000 com cerca de 50 milhões de membros;
- 3) Formar novos obreiros;
- 4) Implantar novas igrejas;
- 5) Enviar novos missionários¹².

Os primeiros indícios de que a Igreja necessitava rever o regimento formulado na década de 1970, apareceram em meados da década de 1990, na trigésima segunda Convenção Geral, realizada na capital da Bahia. Este era um momento de balanço e reestruturação das táticas empreendidas pela Igreja até então. Já havia se passado cinco anos de vigência da mobilização nacional promovida pelo projeto *Década da Colheita* e a liderança observava que a meta central do Programa – alcançar 50 milhões de novos fiéis – estava cada vez mais distante.

Esta preocupação foi trazida a Convenção Geral pelo secretário da Comissão do Projeto *Década da Colheita* Valdir Bicego na sessão de 26 de janeiro de 1995. Bicego exortou os líderes a se engajarem no projeto de evangelização e lembrou os convencionais que para que se alcançassem as metas propostas (50 milhões de fiéis) as igrejas deveriam crescer até o ano 2000, cerca de 31%¹³ O que, conforme atestam os dados censitários, não ocorreu. A *Resolução do Elad* foi resultado direto das discussões abertas na reunião de 1995 e sua aprovação em 1999 representou algo inédito na

¹¹ Há diferenças significativas entre os pentecostais clássicos e os pentecostais neoclássicos e os neopentecostais. Pierre Sanchis aponta uma das fundamentais: “Para o pentecostalismo ‘clássico’ dito, às vezes e já, ‘tradicional’ a unicidade da mediação (o Cristo) é proclamada e ciosamente mantida. O *encontro* que salva é direto, sem intermediários, e procurado exclusivamente. O resto são conseqüências: dons, curas, milagres, falar em línguas... Para as ‘Igrejas de cura divina, posteriores, pentecostalismo já ‘de segunda geração’ ‘neopentecostalismo’ (...) estes ‘sinais’ são diretamente procurados pelo uso sistemático da mediação: gestos, objetos, copo d’água, terra, contatos físicos, antes de tudo dinheiro” (SANCHIS, 1994: 51).

¹² Metas estabelecidas para a Assembléia de Deus do Brasil pelo Comitê Internacional do Projeto *Década da Colheita*. Transcrição integral In: DANIEL. Et al. 2004: 530.

¹³ Ata da reunião de 26 de Janeiro de 1995. Transcrição In: DANIEL. Et al. 2004 : 564.

condução de uma das principais marcas do cristão assembleiano: as normas de usos e costumes.¹⁴

Todos esses acontecimentos estão presentes nas páginas do livro em questão, todavia sem qualquer ligação entre eles: Projeto Década da Colheita, resultados dos trabalhos apresentados em 1995 pela Comissão do Projeto Década da Colheita, reunião do ELAD, até mesmo as tentativas não exitosas de implementação de resoluções sobre usos e costumes anteriores à *Resolução de Santo André*. Cabe ao pesquisador conectá-los, problematizá-los não seguindo, tão somente, as indicações e a ordem de acontecimento apontadas no livro, que, como é de se esperar de uma publicação desse caráter, não tem preocupação em debater de forma aprofundada os fatos, mas somente narrá-los.

4 - Considerações finais

Ao lado da rica memória oral dos fiéis assembleianos, os impressos institucionais – em grande parte disponibilizados para compra nas editoras das igrejas pentecostais¹⁵ – são extremamente importantes para os historiadores do pentecostalismo, pois, além da facilidade de acesso, estes impressos trazem em suas entrelinhas muitos “fragmentos” reveladores sobre a história do pentecostalismo no Brasil.

Todavia, por serem livros produzidos por agentes das próprias igrejas, devem ser inquiridos de forma adequada, de modo que em suas páginas sejam procurados os “sinais”, os “indícios” que permitam lançar luzes sobre a complexa trajetória do pentecostalismo no Brasil. Assim, em se apoiando nesse tipo de fonte, o olhar do pesquisador deve estar mais voltado à “observação do pormenor revelador” do que à “simples dedução”, pois como bem lembrou Carlo Ginzburg: “*se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la*” (GINZBURG, 1989: 177). Esse é o caso do livro *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*, uma fonte repleta de documentos

¹⁴ Estudos realizados em Sociologia e Ciências de Religião que analisaram igrejas Assembléias de Deus em diferentes localidades demonstraram as mudanças nos usos e costumes consolidadas nessa igreja na virada do milênio. Claudio José da Silva (2003) demonstrou as mudanças ocorridas na região Centro-Oeste através de entrevistas realizadas com cinco importantes pastores da região em estudo. Ricardo Mariano (1995: 190-232) também evidenciou mudanças valendo-se de entrevistas com pastores e membros da igreja Assembléia de Deus da capital do estado de São Paulo. Noutra vertente, Marina Aparecida Oliveira dos Santos Correa (2006) analisou a igreja Assembléia de Deus do Bom Retiro que, mesmo sendo independente da Convenção Geral das Assembléias de Deus (CGADB) seguiu a lógica de mudança nos usos e costumes.

¹⁵ Existem inúmeras editoras das igrejas pentecostais: Editora Casa Publicadora das Assembléias de Deus (CPAD); Editora Quadrangular; Editora Betel; Graça Editorial; Editora Gráfica Universal, Editora Koinonia, entre muitas outras.

e imagens, que abrem inúmeras possibilidades de estudos, mas que exige, como exemplificamos acima, muita precaução e senso investigativo por parte do historiador.

Fontes

Ata da reunião de 26 de Janeiro de 1995. Transcrição In: DANIEL, Silas. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004. p. 564.

Banco de Teses e Dissertações. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível In: <http://servicos.capes.gov.br/capesdw>. Acesso: 22/10/2008.

DANIEL, Silas. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004.

Loja Virtual CPAD. www.cpad.com.br Acesso: 30/11/2008.

Metas estabelecidas para a Assembléia de Deus do Brasil pelo Comitê Internacional do Projeto Década da Colheita. Transcrição integral In: DANIEL, Silas. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004. p. 530.

Resolução de Santo André. Transcrição integral In: DANIEL, Silas. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004. p. 438.

Resolução do 5º ELAD, publicada na revista *Obreiro* N° 11 de junho de 2000. Transcrição integral In: DANIEL, Silas. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004. p. 579.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto. Historiografia e religião. *Revista Nures*. Publicação eletrônica do Núcleo de Estudos Religião e Sociedade. v. 03, p. 01-10, 2007. Disponível In: http://www.pucsp.br/revistanures/revista5/nures5_eduardo.pdf. Acesso em: 17/05/2008.

ALMEIDA, Ronaldo de. MONTEIRO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. *São Paulo Perspectiva*, Julho/Setembro. vol.15, n°3, p. 92-101. 2001

AMARAL, Leila. Deus é Pop: sobre a radicalidade do trânsito religioso na cultura popular de consumo. In: SIEPIERSKI, Paulo; BENEDITO, Gil. (Org.). *Religião no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens*. São Paulo - SP: Paulinas, 2003. p 97-108.

ARAÚJO, Isael. (coord.) *Dicionário Movimento Pentecostal*, Rio de Janeiro, Editora da CPAD. 2007.

BERG, Daniel. *Enviado por Deus*. Rio de Janeiro: CPAD, 1997.

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel Sagrado*. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CAMARGO, Candido Procópio Ferreira. *Católicos Protestantes e espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CAMPOS. J.R, Luís de Castro. *Pentecostalismo: sentidos da palavra divina*. Editora Ática: São Paulo, 1995.
- CHAUVEAU, Agnes. TÉTART, Philippe. (Org). *Questões para a história do presente*. Tradução. Ilka Stern Cohen, Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CONDE. Emílio. *História das Assembléias de Deus no Brasil*. 4º edição. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.
- CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos Santos. *Alteração das Características Tradicionais da Igreja Assembléia de Deus: um estudo a partir da Igreja do bairro Bom Retiro em São Paulo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). PUC/SP.
- DANIEL, Silas. Et. al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro CPAD, 2004.
- ESPINHEIRA, Gey. A ascensão do individualismo e o declínio das religiões ou o mal-estar na modernidade. *Caderno do Ceas*. n° 160. janeiro/fevereiro. p. 53-71. 1995.
- FICO, Carlos. POLITO, Ronaldo. Teses e dissertações de história defendidas em 1995. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 167-176, 1996.
- FONSECA. André Dionei. *A "Década da Colheita": uma reflexão sobre as ações doutrinárias na igreja Assembléia de Deus na década de 1990*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de licenciatura em História). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Amambai, 2008.
- FRESTON, Paul. Breve História do Pentecostalismo Brasileiro, 1994. In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios: uma interpretação sociológica do pentecostalismo*. Rio de Janeiro: Vozes. 1994. p. 67-96.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.
- GOMES, Wilson. Nem anjos nem demônios. In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios: uma interpretação sociológica do pentecostalismo*. Rio de Janeiro: Vozes. 1994. p. 255-270.
- GUERRIERO, Silas (org.). *O estudo das religiões: desafios contemporâneos*. São Paulo: Paulinas/ABHR, 2003.
- JACOB, Cesar R. A diversificação religiosa. *Estudos Avançados*. vol.18, N°52, p.9 -11. 2004.
- LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In:

CHAUVEAU, Agnes. TÉTART, Philippe. (Org.). *Questões para a história do presente*. Tradução. Ilka Stern Cohen, Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 93-102.

MACHADO. Andrea Marques. *O crescimento pentecostal e a(s) Assembléia(s) de Deus*. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo.

MACHADO. Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero em grupos pentecostais. *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, v. 13, n. 2, p. 387-396, 2005.

MAGNANI, José Guilherme. *Mystica Urbe: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole*. São Paulo: Studio Nobel. 1999.

MANOEL, Ivan Aparecido (Org.); FREITAS, Nainora Maria Barbosa de. (Org.) *História das Religiões: desafios, problemas e avanços teóricos, metodológicos e historiográficos*. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

MANOEL, Ivan Aparecido. História, religião e religiosidade. *Revista de Cultura Teológica*, v. XV, p. 105-128, 2008.

MARIANO, Ricardo. *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) FFLCH/USP.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando*. São Paulo, 1995. Dissertação (mestrado em Sociologia). FFLCH/USP.

MARIN, Jérri Roberto (Org.). *Religiões, religiosidades e diferenças culturais*. Campo Grande: Ed. da UCDB, 2005.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. A experiência religiosa e a institucionalização da religião. *Revista Estudos Avançados*. V.18. N° 52. p. 29-46. São Paulo: 2004.

MINA, Andréia Mendes de Souza. *Nós e o mundo. A construção do outro*. Alteridade e pertencimento no material de divulgação brasileiro da Igreja Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus na década de 1990. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, Joanyr. *As Assembléias de Deus no Brasil: sumário histórico ilustrado*. Rio de Janeiro, CPAD, 1997.

PASSOS, João Décio. *Teogonias urbanas: o nascimento dos velhos deuses*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) PUC/São Paulo.

PASSOS, João Décio. Teogonias urbanas: os pentecostais na passagem do rural ao urbano. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 120-128, 2000.

PERBONI, Fabio. *A água, o fogo e o sangue: a trindade da salvação*. Igreja Assembléia de Deus em Ribeirão Preto (1937-1997). Franca, 2004. Dissertação (mestrado em História). UNESP/Franca.

PERBONI, Fabio. O pentecostalismo “clássico”: A igreja Assembléia de Deus em Ribeirão Preto. *Estudos de História*, Franca - SP, v. 7, n. 1, p. 161-172. 2000.

PIERUCCHI, Antônio Flávio. “Bye bye, Brasil”: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Revista Estudos Avançados*. vol.18, n°52. p. 17-28. 2004.

PORTO JR., Gilson. *História do Tempo Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

PROENÇA, Wander de Lara. *Magia, prosperidade e messianismo - Representações e leituras no Neopentecostalismo: casos de Londrina e Maringá (1975-1999)*. Maringá, 2002. Dissertação (mestrado em História). UEM/Maringá.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *O Que é Pentecostalismo?*. Editora Brasiliense, SP. 1987.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa*, Petrópolis, Vozes, 1985.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostalismo. Brasil e América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANCHIS, Joseph François Pierre. O repto pentecostal à “cultura católico-brasileira” In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios: uma interpretação sociológica do pentecostalismo*. Rio de Janeiro: Vozes. 1994. p. 34-63.

SANCHIS, Joseph François Pierre. Religiões, religião... Alguns problemas do sincretismo no campo religioso brasileiro. In: SANCHIS, Pierre. (org.). *Fiéis e cidadãos - percursos de sincretismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

SANTOS, Cátia. *Línguas de fogo: acomodação, rebelião e cidadania entre os pentecostais de São Paulo (1960-1994)* Assis, 1997. Dissertação (mestrado em História). UNESP/Assis.

SARTI, Ingrid. VALLE, Rogério. O risco das comparações apresadas. In: ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios: uma interpretação sociológica do pentecostalismo*. Rio de Janeiro: Vozes. 1994. p. 07-13

SIEPIERSKI, Paulo. GIL, Benedito M. (org.). *Religião no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens*. São Paulo: Paulinas / ABHR, 2003.

SILVA, Cláudio José da. *A Doutrina dos Usos e Costumes da Assembléia de Deus*. Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) UCG/GO.

SOUZA, Beatriz Muniz de. *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1969.

TEIXEIRA, Faustino. Pluralismo religioso. *Horizonte*. Belo Horizonte v. 3, n. 6, p. 27-32, 1º sem. 2005.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

VALLE, Edênio. A Renovação Carismática Católica: algumas observações. *Estudos Avançados*. Dez. vol.18, n°52, 2004, p. 97-107. 1º sem. 2005.

VINGREN, Ivar. *Diário do Pioneiro*. Rio de Janeiro: CPAD, 2000.

WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.

Recebido em: 14/12/2008

Aprovado em: 25/03/2009